

IX Encontro Nacional de Estudos do Consumo
21 a 23/11/2018, ESPM, Rio de Janeiro, RJ

Grupo de Trabalho: GT 4 - Moda, arte e design: a composição estética da vida social

Título do Trabalho: Moda, calos e cetins: os sapatos como símbolos distintivos no Rio de Janeiro do século XIX

Nome completo e instituição das autoras: Cecília Soares (SciencesPo/Paris – França); Olga Bon¹ (PUC Rio)

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Resumo

A vinda da Corte para o Rio de Janeiro em 1808 proporcionou mudanças econômicas, políticas e culturais significativas na cidade. Embora o Brasil, enquanto colônia portuguesa, se submetesse oficialmente às normas da metrópole, havia muitas discrepâncias entre as duas populações na relação com legislação, hierarquia e estrutura social. O campo da moda e do vestir, e as modificações advindas com a chegada da Família Real, refletem bem essas diferenças. Herdeira do Antigo Regime, a Corte procurou estabelecê-lo na colônia e as indumentárias, os trajes e os adornos locais foram recompostos a partir de uma estrutura social constituída nessa chave. O cenário carioca, embora familiar com a comercialização de tecidos, apresentava um contraste entre o uso público e privado de vestimentas distintas, sobretudo pela apropriação escassa do espaço da rua por personagens que não os escravos. A partir desse período, a cidade passou a receber novos trajes, penteados e posturas associados à cultura das aparências (ROCHE, 2007), que marcava as posições sociais a partir do vestuário.

A aristocracia portuguesa, seu poder e sua aura civilizatória possuíam rituais específicos que exigiam indumentárias igualmente específicas, como vestidos e insígnias, transformando os símbolos de distinção social existentes até então. Um mercado de moda incipiente começa a surgir, tendo como modelo principal Paris, deixando de lado a orientalização prévia assistida na cidade, ampliando a mão de obra especializada, a importação de tecidos e de revistas ilustradas que tratavam a moda como tema central.

Habitantes da colônia passaram a se preocupar com uma série de práticas que os aproximassem dos círculos aristocráticos de alguma forma, ainda que a cultura indumentária do Antigo Regime fosse fechada. Uma colônia até então com tradições ruralistas, escravocratas, de maioria analfabeta, mas que possuía uma burguesia em processo de florescimento, que vislumbrava a vida de Corte, principalmente através da autorização do uso de determinadas indumentárias, provenientes das mercês régias. Essa tensão provocou questões interessantes para pensarmos a moda como um importante vetor de distinção e marcações sociais, tanto pela expansão do material disponível para acompanhar as modas europeias, como pelas alterações ocorridas na colônia a partir da chegada da Corte.

Para ilustrar esse momento, tomaremos como exemplo os sapatos, refletindo sobre uma sociedade que tentava se localizar como civilizada, mas cujos hábitos arcaicos e escravocratas permaneciam como traços principais. De fato, os pés descalços eram um marco objetivo da escravidão, na medida em que o uso de sapatos era vetado aos cativos. Por outro lado, o Rio de Janeiro se destacava pelo alto número de sapatarias que iam se instalando na capital e predileção por modelos inadaptados às suas calçadas. O presente trabalho busca

iluminar a leitura social deste item, sua compreensão como símbolo de distinção e separação entre “bárbaros” e “civilizados” através da análise dos modelos vigentes à época, do testemunho de viajantes e da sua articulação com a estrutura de então. A interpretação de saber andar com saltos nas angulosas ruas da cidade, da limpeza dos calçados, de seus modelos (se eram tamancos ou de seda), do que significava andar de pés descalços, da força distintiva de calçar uma sociedade que, até então, não tinha essa preocupação em seus rituais elucidam questões sociais mais amplas e apontam como a moda pode contribuir para um conhecimento social geral.

Palavras-chave: Moda; Sapatos; Rio de Janeiro; Distinção.

Introdução

*A felicidade é um par de botas.
Machado de Assis, Último capítulo*

Confeccionados desde civilizações antigas², os sapatos nos informam sobre quem os coloca, sobre como são calçados e por onde circulam. Mais que “invólucros para os pés” (VALIM, 2006, p.65), eles “transcenderam esse conceito e se tornaram sinalizadores sociais, símbolos de passagem, objetos de sedução, fetiche ou poder” (ibidem, p.65), entre outros significados, levantando questões, ao mesmo tempo, práticas e culturais. Ao sentido prático de proteger os pés, soma-se uma infinidade de propostas e comunicações; há sapatos para percorrer longas distâncias, para festas, para ambientes abertos, ambientes fechados, para o cotidiano, além de outras tantas variedades estéticas e sociais, demarcando valores da sexualidade, da feminilidade, da posição social e da relação com o mundo³.

Estudos da cultura material têm permitido, ao longo das últimas décadas, compreensões das relações sociais, das visões de mundo a elas associadas, e das relações

² O espécime mais antigo já obtido foi encontrado em 2010, em uma caverna da Armênia. Estima-se sua idade em 5500 anos. Vide *Oldest leather shoe found in Armenia*. Disponível em: <https://www.sciencedaily.com/releases/2010/06/100609201426.htm>. Acesso em 25 de setembro de 2018.

³ Os contos de fadas europeus, onde sapatos assumem protagonismo em vários enredos, eram partilhados pela colônia brasileira, tendo sido compilados a partir da 2ª metade do século XIX; em especial, Figueiredo Pimentel e Luiz Câmara Cascudo realizaram importantes publicações na década de 1890 (FALCONI e FARAGO, 2015; FARIAS, MOREIRA e PEREIRA, 2016; DUARTE e SEGABINAZI, 2017). Alguns dos contos mais difundidos eram o Gato de Botas, Cinderela, Os Sapatos Vermelhos, As Irmãs Dançarinas, entre outros. Nessas histórias, os sapatos indicam a inserção em uma civilização, a possibilidade de percorrer distâncias e estabelecer negociações espertas, o pertencimento a uma posição, antes, vetada, ou, ainda, o aspecto punitivo do prazer, se ele ultrapassa certos limites. Nos Sapatos Vermelhos, de Hans Christian Andersen, por exemplo, a protagonista é condenada a dançar e com solas que nunca se desgastam, em função de atos vaidosos avaliados como condenáveis.

entre pessoas e coisas (MILLER, 1987; 1997; 2009). De fato, além dos diversos significados simbólicos e práticos, sapatos também estabelecem pontes e cercas (DOUGLAS e ISHERWOOD, 1996 [1979]), e podem nos auxiliar fortemente a compreender estruturas sociais a partir, e através de, uma cultura material. No presente trabalho, exploramos a sua participação na dinâmica social carioca do início do século XIX, período particularmente dotado de alterações em diversos níveis, defendendo este momento como fundamental na instituição de uma relação contraditória, na cidade, com a idéia de “modernidade” e seus desdobramentos.

A já consolidada historiografia acerca do Rio de Janeiro nos traz muito material sobre seu período colonial (FRAGOSO, 2001a; FRAGOSO, GOUVÊA e BICALHO, 2001; FRIDMAN, 2010), e sublinha, ademais, o caráter excepcional da recepção da monarquia em terras cariocas. A vinda da família Real, em 1808, traz uma considerável inflexão em uma cidade, até então, de pequena dimensão e com inúmeras precariedades em termos de estrutura urbana, apesar das iniciativas anteriores de reforma e embelezamento.

Como veremos, as décadas seguintes à instalação da família Real trarão não apenas modificações na dinâmica urbana, como também encaram, de maneira ambivalente, questões internacionais de peso. O fim do Antigo Regime, demarcado pela Revolução Francesa, traz consigo movimentos anti-escravagistas, discussões sobre republicanismo e democracia; em outra escala, as implementações industriais aceleradas vão de par com, ou são mesmo antecipadas pelo desenvolvimento de uma nova figura de “consumidor” (MCKENDRICK, 1982).

Dividimos o trabalho em duas partes: primeiramente, enumeramos as questões próprias à modernidade e à participação da moda e do consumo em suas elaborações; em seguida, a partir de análise de fontes secundárias, apresentamos alguns dos simbolismos da indumentária e dos sapatos na cultura material carioca da época, e suas extrapolações em termos de hierarquia, estrutura, distinção e concepção social. Os sapatos e os sapateiros contribuem fortemente para compreender o cenário local como dotado de contradições, procurando, simultaneamente, absorver elementos característicos da modernidade, como a constituição do indivíduo e sua participação central na dinâmica social, o apreço pelo liberalismo enquanto política econômica, e um comércio padronizado, reformulando, de maneira iconoclasta, elementos próprios do Antigo Regime, como a manutenção de hierarquias e usos distintivos indicativos de uma estrutura social rígida. Para isso, vejamos, primeiramente, a contribuição da moda para a composição de um cenário moderno.

1. Modernidade, consumo e moda

Segundo Anthony Giddens, modernidade “refere-se a estilo, costume de vida e organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que posteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência” (1991, p.11). Dois séculos e uma série de acontecimentos históricos fundamentais para a sociedade ocidental depois, McKendrick, Brewer e Plumb (1982) apontam o século XIX como responsável pelo o que os autores vieram chamar de “revolução do consumidor”. Para Colin Campbell, outros fenômenos estavam demasiadamente relacionados a essa revolução e ao comportamento do consumidor moderno, como o amor romântico, a leitura e a moda, “considerada mais um fenômeno socioestético importante, que indica os valores centrais de uma sociedade moderna, do que exatamente um mecanismo de venda a retalho exploratório e engenhoso” (2001, p.25). Outros estudos de grande alcance também se preocuparam em pensar a formação do consumo moderno, o localizando em diferentes contextos, como Grant McCracken, em seu livro *Cultura e Consumo* (2003), que sugere os séculos XIV e XIX como decisivos para a constituição desse fenômeno. Assim, “os diferentes estudos indicam que, no limiar entre o mundo medieval e o mundo moderno, o consumo se tornou um mecanismo efetivo no jogo de disputas, exibição e sustentação de poder” (ROCHA, FRID, CORBO, 2016, p. 11).

Consumo e moda, ambos em sua forma moderna, são frutos de mudanças profundas nos valores, atitudes e mentalidades provenientes da modernidade, como a crescente subjetividade e a valorização do novo. Ambos os fenômenos passaram a ser vivenciados, pela sociedade ocidental, de forma distinta daquela vigente até então. Segundo Baldini, “o sucesso da moda deve-se não só ao seu poder de sedução, mas também, e principalmente, a alguns fatores – políticos, sociais, econômicos, culturais, tecnológicos e psicológicos – que permitiram o seu aparecimento e favoreceram a sua consolidação” (2006, p.32).

Costumes e trajes estão presentes há milênios nas sociedades tradicionais e também estão sujeitos a mudanças, porém de forma lenta e gradual. Já a moda⁴, em seu sentido moderno, nasce no tempo acelerado das cidades, nas trocas de estação, nas novas rotas comerciais, na possibilidade de mobilidade social, no acesso dado pela moeda e não mais pelo nascimento. Veblen (1998 [1899], p. 36) afirmou que o dinheiro e o poder por si só já não são

⁴ O conceito de moda é algo complexo de ser apreendido e sofreu variações significativas ao longo do tempo, sendo discutido por pensadores de áreas diversas, como sociologia, história, psicologia, estética, design, antropologia, entre outras. Segundo Gilda de Mello e Souza (1987), atribuiu-se à moda dois sentidos mais gerais. O primeiro estaria relacionado às transformações periódicas dos diversos setores da atividade social, como a política e o design, sentido este utilizado por pesquisadores como Gabriel Tarde e Charles Blondel. Já o segundo considera essas mudanças como alterações periódicas e reservam à moda uma noção mais restrita, interligada aos estilos de vestimenta, ornamentação e adornamentos pessoais e coletivos. É deste segundo sentido que o artigo faz uso.

suficientes para galgar posições sociais de prestígio; para isso, é preciso ser visível. A possibilidade de escalar tais posições através do dinheiro é uma mudança importante, trazida pelas estruturas sociais da modernidade, e através da aquisição de bens materiais distintivos.

Neste sentido, a moda é um fenômeno popularizado pela aristocracia de espírito e não mais pela aristocracia de sangue, como nos tempos das ordenações, das pragmáticas e das leis suntuárias, onde a aparência exterior dos sujeitos sociais era o primeiro indicativo do estado ou condição de cada pessoa (ALVARADO, 2017). A moda ocidental moderna está, portanto, intimamente ligada a processos históricos como a individuação das sociedades capitalistas, o fim da sociedade estamental, desenvolvimento e crescimento da burguesia, revolução industrial, desenvolvimento das atividades de imprensa, entre outros. As atividades de imprensa, inclusive, estavam desde muito cedo, envolvidas com temáticas relacionadas a moda. Nas últimas décadas do século XVIII, já aparecem os primeiros periódicos de moda, como a inglesa *Lady's Magazine*, em 1770, e a alemã *Journal des Luxus und der Moden*, em 1786 (SVENDSEN, 2010).

Ao passo que as cidades modernas se desenvolviam, os ecos da revolução francesa se faziam ouvir e o indivíduo como valor social emergia de forma cada vez mais delineada. As emoções passaram a ser mais interiorizadas, enquanto questões relacionadas ao gosto, à personalidade e à individualização são tomadas como elementos centrais na formação dos sujeitos modernos. O gosto, segundo Philippe Ariès, fez parte do processo de privatização das sociedades ocidentais entre os séculos XVI e XVIII, sendo “[...] valorizado como uma forma de autoapresentação” (CHARTIER, 2009, p.164), tal qual a moda como expressão de individualidades na modernidade.

Essas mudanças na mentalidade ocidental alteraram a relação entre sociedade e as formas do vestir, onde a moda passou a “oferecer” possibilidades de escolhas a partir da maior liberdade econômica e dos desejos entendidos como subjetivos, em uma “[...] concepção de mundo onde o indivíduo é a categoria central” (VIVEIROS e ARAÚJO, 1977, p.133). O indivíduo como representação básica da sociedade ocidental moderna, como princípio ordenador de uma nova visão de mundo, um ser moral autônomo, figura ideológica do ocidente, quase concretiza os ideais de liberdade e igualdade (DUMONT, 2000) e flerta avidamente com a moda⁵ e o consumo. Dessa forma, “a moda é fruto do amadurecimento da

⁵ A própria noção de indivíduo e subjetividade criativa fortaleceu a figura do estilista criador emancipado. Se, antes, a demanda da roupa surgia pelo seu papel estamental hierarquizado, na modernidade a roupa surge através de um indivíduo artista e de um indivíduo consumidor desejante.

afirmação do eu, da valorização social do indivíduo, da sua personalidade” (BALDINI, 2006, p. 34).

O interesse por novas vestes impulsionou não só o surgimento de diferentes modelos, mas também a crescente especialização de ofícios relacionados ao vestuário e a produção têxtil dedicada a peças como gibão⁶, chapins⁷ e novos tipos de sapatos (ALVARADO, 2017, p. 41). Esse contexto foi favorável ao crescimento de mercados, onde estabelece-se uma nova dinâmica de distinção das aparências, tanto pelo enriquecimento dos comerciantes, quanto pelo incremento de um universo mágico dotado de lojas, passeios públicos, *flânerie*, onde esse cenário encontra um “[...] novo espaço propício à conversão da produção em consumo, de um amálgama de materiais indistintos em um universo de artigos plenos de significados culturais” (ROCHA, FRID, CORBO, 2016, p. 11).

Segundo Gilda de Mello e Souza, na sociedade democrática do século XIX, crescem as necessidades de distinção, e a moda encontrará recursos infinitos de torná-las visíveis, reconciliando o conflito entre o impulso individualizador e o socializador (1987, p.29). Portanto, é necessário compreender o mundo moderno para chegarmos a uma tentativa de entendimento sobre a moda e também sobre o consumo, onde naturaliza-se a ideia de que o exterior deve corresponder ao interior pessoal, sendo a cultura material que nos adorna a própria expressão de uma espiritualidade genuína, em acordo com nossa autenticidade. As roupas ganham, então, importância crucial para a constituição da individualidade humana (CARLYLE, 2014 [1836] *apud* SVENDSEN, 2010).

Moda e consumo novamente se interpelam quando refletimos sobre a expansão da produção em massa, especificamente da produção têxtil, com o advento das máquinas industriais, permitindo a produção de grandes quantidades de roupas, que passaram a ser vendidas em formato comercial, enviadas para diferentes partes do mundo, a fim de serem expostas e consumidas nas mais variadas lojas que iam construindo um mercado em ebulição e cada vez mais fortalecido, construindo o sistema da moda definido por Barthes (1979) como a totalidade de relações e atividades necessárias para que ela exista. Com a revolução têxtil, a moda tornou-se uma indústria:

[...] novas máquinas como a máquina de fiar (a famosa Spinning Jenny), o tear de malha, o tear Jacquard e as primeiras tipografias revolucionaram os métodos de trabalho tradicionais. Ao eliminar radicalmente o estrangulamento produtivo representado pela fabricação dos tecidos, a Revolução Industrial desbrava o caminho à moda moderna (BALDINI, 2006, p. 13).

⁶ Traje utilizado por homens, ajustado na cintura e saliente no peito, deixando as pernas à mostra.

⁷ Calçado de sola grossa e alta, geralmente confeccionado com madeira ou cortiça.

Tratando as formas indumentárias como “arquivos culturais privilegiados” (ROCHE, 2007), nas próximas páginas adentramos na cidade do Rio de Janeiro para entendermos como a vinda da Corte portuguesa alterou o cenário social, cultural e econômico desses espaços, ao estabelecer uma mentalidade proveniente do Antigo Regime, recompondo trajes e vestimentas locais, estimulando uma tensão existente entre estruturas tradicionais e modernas, tal qual discutiu-se nesse tópico. Assim, “em um mundo de transição, a Colônia e, depois, Reino Unido, viu coexistirem dois fenômenos: a moda e as leis suntuárias” (SILVA, 2010, p.16). Ao mesmo tempo em que a cidade ia se reconstruindo nas bases modernas europeias com lojas e comerciantes cada vez mais presentes, fazendo com que a burguesia e elites locais ganhassem força, o uso de vestimentas distintivas passou a ser ainda mais controlado pela presença cortesã.

2. A chegada da Corte: circulação, moda e mercado

À abertura dos portos (1808) correspondeu uma mudança paulatina dos costumes, com grande (e crescente) presença feminina nas cerimônias reais, como participantes e como público. Pouco a pouco se consolidava o “prestígio das ruas” (FREYRE, 1980, p. XLIII): estas recebiam nomes com os quais descrever sua alma, e mais pares de pernas para criar histórias, das quais serviam de pano de fundo. Questões de civilização e higienização se associavam às ruas, até então, percebidas como ameaçadoras, e utilizadas sobretudo por agentes malvistas do tecido social, como os “capoeiras”, ou pessoas nem mesmo reconhecidas como pessoas, como os escravos. As obras urbanísticas cariocas privilegiaram um perfil de “cidadão ideal”, reconfigurando as ruas para sua circulação⁸ e trazendo, vigorosamente, referências ocidentais como aquelas a serem instituídas, na tecnologia, no comércio e no estilo de vida.

A chegada da Família Real reforçou a entrada legítima da capital em um circuito múltiplo, comercial, material, social, antes deixado de lado pelo papel absoluto de colônia do país. Soltavam-se engrenagens rumo ao progresso, à “modernidade”, numa ideia de suprir um atraso sentido em comparação a capitais próximas, e tentar se assemelhar a capitais mais distantes.

Um grande número de medidas seria tomado visando a modificação desta concepção externa do Rio de Janeiro, de um entreposto repleto de problemas cotidianos para uma capital

⁸ Houveram importantes obras de intervenção urbana antes de 1808, alinhavadas com um modelo iluminista de cidade. Porém, a Corte fortalece o espaço da rua como espaço de exibição e marcação das diferenças, visíveis através das vestimentas.

dotada de quesitos fundamentais para sua exposição plena enquanto cidade – dentre os quais um comércio atento à mobilização internacional. Em 1815, Horace Say⁹ desembarcava no Brasil com o intuito de manter relações comerciais entre as duas nações (Brasil e França), incluindo a venda dos chamados *articles* de Paris – plumas e outros itens diretamente associados à Cidade-luz (LEMERCIER, 2006, p. 01). Em 1848, é inaugurada no Rio a Notre Dame de Paris, cujo nome emblemático (e a tendência francesa seria adotada por muitos outros estabelecimentos) indica a adesão rápida do Rio de Janeiro aos *grands magasins*, um modelo de sucesso estrondoso em Paris, outras cidades européias e nos Estados Unidos¹⁰.

Durante o período colonial, manteve-se vigente a categoria da *qualidade*, condizente com a visão do Antigo Regime segundo a qual “cada qual deveria consumir segundo seu status e não segundo suas posses” (ROCHE 2007, p.42). Podemos perceber uma continuidade desse apreço pela *qualidade* no reconhecimento da moda europeia e dos modos europeus como distinção eminente:

[...] não bastaria obter sinais de riqueza como dinheiro, propriedades ou o número de escravos: as ‘boas maneiras’, a adequação no ato de vestir, o cuidado com a aparência e com a higiene tornavam-se referência para uma parte da população que visava a obter sinais distintivos, obedecendo uma espécie de ideologia moral da decência, da respeitabilidade e do bom gosto (GORBERG, 2013, p.18).

Pelo menos no que se refere à elite, brasileiras e portuguesas – ricas, ainda que não nobres - compartilham das referências antes restritas à parcela da população dotada de títulos, cujo vestuário formal tinha diversos pontos em comum na escolha dos tecidos e materiais de destaque.

O crescimento urbano, o desenvolvimento comercial e o desabrochar de novos hábitos foram acompanhados de uma absorção de modelos de vestimentas sobrepostos às produções anteriores, algo entre o rústico e o requinte. O grande número de publicações que falam sobre moda, embora nem sempre regulares, sublinha fortemente o intuito de divulgação acelerado das tendências e novidades, em contraste com as décadas anteriores – a imprensa começa a tomar contornos de uma “vitrine no papel”.

O Rio de Janeiro participa dessa animação literária e ilustrada, que se configura em verdadeira circulação de ideias e constituição de um “campo da moda internacionalizado”

⁹ Economista e membro de família protestante de renome na França, filho do pensador Jean-Baptiste Say.

¹⁰ Jeffrey Needell estima esta loja como o possível “protótipo” de loja de departamento mais antigo da cidade, com a década de 1870 marcando a fundação das lojas de departamento propriamente ditas (1993, p.321).

(BUENO, 2016, p.81), que colabora para delinear uma “boa sociedade”, afunilando um termo corriqueiro da época¹¹.

Não houve publicações unicamente sobre moda no Rio de Janeiro entre 1808 e 1821 (SANTOS, 2015, p.190) - só era permitida a circulação da Gazeta do Rio de Janeiro, fruto da Imprensa Régia, onde já circulavam anúncios de moda. Tal situação se modifica nas décadas seguintes, e a publicação de revistas nacionais e internacionais de público feminino consolida a difusão dos modelos de roupa, estilo e tendências, servindo de inspiração para modistas e costureiras, que também se embasavam em retratos, telas importadas, figurinos e modelos para manter sua atualização com os últimos lançamentos (ibidem).

Nesse momento, o código social da moda aparece com clareza, enfatizando a relevância da ou do bem vestida/o, daquele/a dotado/a de bom gosto, como um bom leitor da época, dialogando necessariamente com seus pares, quiçá um lançador de tendências – posição normalmente de imperatrizes e mulheres em outras situações de destaque. Trata-se de “um código social, que talvez só fosse bem decifrado, por quem frequentava os altos círculos cariocas” (idem, p. 208). Não havia apenas descrições bem-sucedidas de elegância – uma missão para cada carioca; as revistas femininas também se dedicavam a avaliar os adereços daqueles que, mais e mais, queriam ver e ser vistos na Corte e nas ruas.

No cenário do Antigo Regime, a *qualidade* privilegiava uma existência em função de papéis sociais bem delineados. Ao longo de todo o século, a *qualidade* dá lugar a uma exigência crescente do domínio de uma gramática do gosto, com suas regras, arranjos, mudanças regulares, renovações de guarda-roupa, e que caracteriza os membros legítimos de uma *boa sociedade*. O crescente aburguesamento do comércio de moda permeia uma expansão urbana, com maior mescla de pessoas à rua, uma superposição aumentada entre hierarquia social e poder aquisitivo, o que impõe à leitura do status individual a compreensão de uma posição momentânea, e não mais de médio-longo prazo¹². Nada mais é tão seguro – mas pode-se viver a insegurança com graça e elegância, que se tornam os grandes chamarizes. Por outro lado, viver dessa forma é um desafio em si, conflitante com a vida rotineira dos trabalhadores.

¹¹ Originalmente, “boa sociedade” designaria homens e mulheres livres, brancos e detentores de alguma posição; contudo, o contínuo processo de europeização exigiria um destaque “pelo requinte das maneiras, pelo polimento dos costumes, e, especialmente, pela maneira de apresentar-se socialmente” (RAINHO, 2002, p.17) para o qual manuais de etiqueta e revistas se tornavam necessários.

¹² Se “a vestimenta por muito tempo constituiu uma profunda forma de expressão da individualidade feminina - ‘para quem sempre foi impedida de falar, escrever e criar, modos alternativos e sutis de expressão tornaram arma de sobrevivência’”(SILVA, 2009, p. 20), percebe-se que as cariocas possuem uma voz ativa crescente, não apenas lendo e se informando de maneira quase sincronizada com as européias, mas também editando e escrevendo revistas e manuais locais.

3. Vestimentas como artifícios e marcações sociais na cidade-corte

Não podemos reduzir os grandes acontecimentos ocorridos nas terras fluminenses apenas à questão tratada no artigo, mas certamente esse ponto merece nossa atenção. Vejamos: colônia, o Rio de Janeiro possuía estruturas de pequenas dimensões, precariedades visíveis e regime escravocrata:

O cronista Luís Edmundo traça, em poucas linhas, um perfil do Rio de Janeiro antes da chegada da Corte: embora fosse a capital do Vice-Reinado, a cidade estava confinada a uma restrita área central, possuía ruas estreitas, mal calçadas, era suja, sem remoção de lixo e nenhuma noção de higiene ou saúde pública (RAINHO, 2002, p.48)

Após 1808, a presença da Família Real tornou esse corpo social ainda mais complexo, ao introduzir aspectos culturais regulamentados pelo Antigo Regime, como a hierarquização da sociedade e a “cultura das aparências” no sentido empregado por Daniel Roche (2007). Ao mesmo tempo, estudos já consolidados mostram as tentativas de empreendimentos com ares civilizatórios e modernos na cidade. Entre o tradicional e o novo, a construção simbólica através das vestimentas – bem como as relações e atividades formadoras do sistema da moda – na vida social da cidade do Rio de Janeiro foi alterada drasticamente com a presença de reis, rainhas e seu séquito.

A colônia passou a conviver com a Corte e sua indumentária luxuosa, proveniente diretamente da Europa, cheia de prestígio, significados e marcações que indicavam o estado de cada cortesão e a sua posição naquela estrutura hierarquizada.

O ar de “civilização” e de poder, ostentado pela aristocracia portuguesa chegada em 1808, seus rituais e sua indumentária fizeram com que as elites de negociantes fluminenses – em especial, os chamados comerciantes de grosso trato coloniais¹³ – quisessem se ligar à Corte e à sua aristocracia, adotando seus modos e suas modas como forma de compartilhar as oportunidades de distinção social, destacando-se dos demais habitantes da Colônia (SILVA, 2010, p.13).

Neste sentido, a presença da família real e seus membros distintos promoveu tensões que marcaram o período, tendo a indumentária papel protagonista na batalha pelos signos sociais prestigiosos e seus modos de uso. Este cenário fez aumentar a busca por mercês régias¹⁴ e pela nobilitação por parte dos comerciantes e elites locais, único meio de inserção na aristocracia e acesso as vestes e trajés específicos, incluindo uniformes e insígnias,

¹³A categoria “comerciante de grosso trato” refere-se aos homens que diversificavam as atividades comerciais vendidas a atacado.

¹⁴Mercês régias são distinções por direito, oferecidas pela realeza, típicas das sociedades estamentais aristocráticas. De acordo com Mathias, “originado das guerras de Reconquista da Baixa Idade Média, o sistema de mercês residia na recompensa régia por determinados serviços prestados, contribuindo para uma hierarquização da sociedade fundada em privilégios” (2006, p.27).

elementos que “constituíam-se na cultura indumentária do Antigo Regime por demonstrar o lugar ocupado pelo seu portador na sociedade” (ibidem, p.13).

O controle do uso das indumentárias se dava por meio de leis – nesses casos, as Ordenações Manuelinas e Filipinas, que buscavam tornar inacessíveis elementos distintivos para a maioria da população. As aparições reais eram o momento onde as marcações das roupas eram mais visíveis, quando a aristocracia e aqueles possuidores de mercês régias exibiam-se em público. Cada aparição reforçava as hierarquias sociais, culturais e econômicas, tanto de quem era observado, quanto de quem observava. Por ser uma cidade em transição, com um mercado de moda incipiente, o acesso a tecidos, jóias, acessórios e sapatos refinados se tornava uma realidade cada vez mais sólida entre as elites locais, inclusive entre os escravos¹⁵, dificultando o cumprimento das leis proibitivas, tornando todo o processo ainda mais intrincado.

Porém, as tentativas de regulação por parte do rei existiam, persistiam e eram frequentes, intencionando a existência de uma mentalidade pré-moderna. Abaixo, segue trecho de lei decretada por D. João VI, onde é possível perceber o cuidado ao detalhamento da indumentária e suas proibições:

[...] Assim também não será lícito trazer cousa alguma sobreposta nos vestidos, seja galão, passamane, alamar, faixa ou bordado de seda, de lã, ou de qualquer matéria, sorte ou nome que seja, excetuando Cruzes das Ordens Militares.

Permito que se possam trazer botões e fivelas de prata, ou de ouro, ou de outros metais, sendo lisos, batidos, ou fundidos e não de fio de ouro ou prata, nem dourados, ou prateados, nem com esmalte ou lavoires.

[...]

Toda pessoa que usar de alguma das coisas proibidas no presente capítulo perderá a peça com que se achar a transgressão: e pela primeira vez condenada a pagar vinte mil réis, e três meses de prisão; pela segunda vez quarenta mil réis e três meses de prisão; e pela terceira vez, pagará cem mil réis, e será desgredada por cinco anos para Angola. [...]¹⁶

Com isso, podemos apreender o relevante papel das vestimentas na constituição dos espaços sociais e suas simbologias distintivas. No período, uniformes, fardas¹⁷ e Ordens Militares indicavam uma sociedade que se constituía, dentre outras coisas, nas insígnias das roupas e daquilo que fazia parte dela, aglomerando os sujeitos a corpos sociais de pertencimento e afastamento: “a cultura indumentária do período não estava relacionada à classe, mas sim ao grupo profissional, aos laços de sangue e aos apadrinhamentos que o

¹⁵ Sobre esse tema, vide o artigo *Seda, Panos e Balangandãs: o traje de senhoras e escravas nas cidades do Rio de Janeiro e de Salvador (século XVIII)* (LARA, 2000).

¹⁶ Fonte: Biblioteca Nacional. Leis extravagantes. Livro da Chancelaria a fol. 132. Cód. II-31, 09, 009. A transcrição da lei disponível na Biblioteca Nacional está incompleta. No presente artigo, foi destacado um trecho e não diz respeito a toda a transcrição.

¹⁷ Não são fardas militares, mas sim roupas indicativas da ocupação dos sujeitos na sociedade.

sujeito possuía” (SILVA, 2010, p.92). Tipos de tecido, bordados¹⁸, aviamentos e cores também entravam no jogo da distinção. O azul e o vermelho, por exemplo, eram as cores mais habituais para aqueles que faziam parte da aristocracia e/ou nobilitados, como indicam estudos feitos com inventários da época.

É interessante notar que, mesmo com mercadores e comerciantes endinheirados no Rio de Janeiro, a procura por comendas e mercês régias era grande, ainda que muitos não precisassem do valor econômico oferecido pelas mesmas, uma vez que suas fortunas eram superiores. Mais importava o capital simbólico adquirido e a possibilidade de vestir-se de determinada forma em particular, atuando como fator identificador do sujeito no espaço social, apontando para o grupo de relações ao qual ele pertencia e no qual ele se situava (SILVA, 2010).

Fundada essa dinâmica social das representações, soma-se a constituição de uma cidade como espaço de exibição pública. A preocupação com a urbanidade se tornou bem mais forte com a presença da Família Real e a rua se torna lugar de exposição: “o processo de moda sempre esteve ligado ao crescimento das cidades” (FEIJÃO, 2011, p.23). Ao lado desse espaço público, a vida cultural ia se desenvolvendo com rapidez, vide a presença da *Colônia Artística Francesa* em 1816 e a construção do Real Teatro São João em 1813, onde eram apresentadas óperas, bailados e peças, que junto com o comércio, salões e lojas iam formando o passeio público, local de ver e ser visto, afirmação das diferenças.

Rainho (2002) aponta justamente para essa diferenciação nas práticas sociais relacionadas com a moda após a instalação da Corte na cidade. Segundo a autora, o Rio de Janeiro não oferecia nem exigia grandes variações de vestimentas, tanto pelo comércio fraco e espaçado, quanto pela ausência de vida social, afastando a moda das preocupações mais imediatas dos seus habitantes, o que foi fortemente alterado após a presença Real. A observação das modas e dos modos de ser se intensificou, marcando novas sociabilidades e superfícies palpáveis, despertando o interesse pelos acessórios, indumentárias e todo o universo que permeia a moda e as formas de apresentação do eu e os símbolos exteriores que marcavam a “boa sociedade”, aumentando as distancias entre o progresso e o atraso, entre o pé descalço e o andar civilizado.

¹⁸ Muitos detalhes de insígnias e bordados que representavam marcações de distinção por meio da roupa podem ser encontrados nos registros do pintor Jean-Baptiste Debret e sua *Viagem Pitoresca e histórica ao Brasil*, cujas pinturas também ilustram nossa próxima seção.

4. Calos e cetins: sapatos e tensões sociais

Embora se lide com um material cada vez maior relativo às modas e usos do século XIX, há um baixo registro físico dos sapatos da época. Até mesmo museus interessados em indumentárias do período possuem poucos ou nenhum par¹⁹. É preciso recorrer às narrativas e levantamentos de fontes secundárias para imaginarmos pegadas e circulações em uma cidade estreita, suja, constantemente em expansão e em obras, cujo percurso narra, entre outros, uma disputa por elementos liberais, a começar pela própria liberdade como direito para todos, mas não necessariamente na mesma medida. De fato, marco social basilar, o uso de sapatos era vetado aos escravos²⁰. De modo que discutir indumentária é, literalmente, discutir modelos de cidadania e de uso dos espaços coletivos.

O pintor Jean-Baptiste Debret, ao redigir sua *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, avaliou, de forma mordaz, que “o europeu que chegasse ao Rio de Janeiro em 1816 mal poderia acreditar, diante do número considerável de sapatarias, todas cheias de operários, que esse gênero de indústria se pudesse manter numa cidade em que cinco sextos da população andam descalços” (s/d, p.249).



FIGURA 01 – Sapateiro, de Jean-Baptiste Debret, 1835.

¹⁹O Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora, que reúne indumentária de D. Pedro II, possui apenas um par de couro (FREESZ, 2015). Apesar disso, o trabalho menciona e traz ilustrações do par utilizado pelo imperador quando de sua coroação: ele é feito de seda e rebordado com fio dourado, tendo “cetim e fivelas com diamantes” (ibidem, p.268), e possivelmente inspirado nos modelos usados por Napoleão I na ocasião de sua própria coroação (ibidem, p.263).

²⁰Sandra Graham, avaliando as heranças iorubá em uma parcela dos escravos no Brasil, considera que, “sendo-lhes negados sapatos, iam descalços a toda parte e em qualquer clima, e os sapatos, quando usados por negros pobres, tornavam-se símbolos de liberdade. Contudo, um missionário batista, William H. Clarke, que visitou o território iorubá nos anos 1850, relatou que os homens iorubás (ele não mencionou as mulheres) raramente usavam sandálias, exceto quando estavam viajando” (2012, p.50-51). Assim, uma prática cultural inicialmente neutra ou positiva teria sido reassimilada como negativa e humilhante.

Quando a liberdade se converte em mercadoria, é importante compreender como outros elementos de consumo colaboram para a constituição local de ser “indivíduo”, “livre” e “autêntico”, características fundamentais numa modernidade liberal. Essas categorias eram manejadas pelos “forros” ou “livres”, ex-escravos que puderam pagar sua alforria, e também pela larga maioria da população, pobre e de vida difícil. Sapatos e roupas aparecem como material, ao mesmo tempo, importante, escasso, de difícil manutenção, e adquiridos em prol de *ocasiões*, ou seja, situações de cunho extra-ordinário, fugindo de um cotidiano, ou demarcando alterações de posições.

A produção calçadeira não era óbvia no Brasil colônia. Em *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis*, o cronista Luiz Edmundo comenta que: “os sapateiros não podem trabalhar em couro que não venha da longínqua Metrópole, Carta-régia de 20 de fevereiro de 1690” (VÁRIOS, 2009, p.92). Embora a proibição produtiva tenha sido revogada com a chegada da família Real, a produção já ocorria desde ao menos o século XVIII, estando amparada pela irmandade de ofício de S. Crispim e S. Crispiniano (SIQUEIRA, 2011, 2013)²¹. Para Mariana Siqueira,

[...] a constituição propriamente escravista da sociedade do Rio de Janeiro [...] imprimia um perfil singular à congênere fluminense, a partir da exclusão de determinados elementos de acordo com os critérios classificatórios da cor/condição social, relacionados às noções hierárquicas de Antigo Regime, comunicadas por Portugal e adaptadas às possessões lusas. [...] A regulação do ofício e o controle de seu exercício pelos oficiais partiam da irmandade. Além disso, a priori, o oficial mecânico relacionava-se a uma devoção específica, consoante com o ofício que exercia (2013, p.46-48).

Não era evidente definir no que consistia o ofício de sapateiro, que podia ou não incluir uma diversidade de atividades relacionadas ao manuseio do couro, de acordo com regimentos e ofícios distintos de época (ibidem, p.48)²². A irmandade de S. Crispim e São Crispiniano não apenas negociava a inclusão de novos membros, como exigia um período de

²¹ No final do século, a produção nacional de sapatos estaria alocada em diversas regiões, em especial no Rio Grande do Sul (SCHEMES et al., 2013, 151). A irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano seria dissolvida, como todas as irmandades, em 1824. O final do século assistiria à emergência da Sociedade de Socorros Mútuos Protetora dos Artistas Sapateiros e Classes Correlativas, dotada vinte e uma “co-irmãs”, entre elas o Congresso Operário de Beneficência, e outras ligadas à comunidade portuguesa (COSTA, 2012, 103). A própria trajetória das instituições que acompanharam o ofício de sapateiro parece apontar uma modernização de tipos de controle e leituras de atividade profissional, migrando de um modelo próprio ao Antigo Regime para aquele, mais liberal, de Sociedade.

²² No Rio de Janeiro, o ofício de surrar couros era atividade desempenhada quase que exclusivamente por escravos e não se encontrava ligada institucionalmente à Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano, que não permitia o ingresso de “pretos e pardos cativos em seus quadros” (SIQUEIRA, 2013, p.49). Havia distribuições diferentes dessas atividades em outras regiões do país. Siqueira enumera as seguintes profissões associadas à de sapateiro: borzegueiro, chapineiro, correeiro, curtidor, formeiro, odreiro, salteiro, seleiro, e surrador (ibidem, p.108). O Almanaque Histórico da Cidade do Rio de Janeiro para o ano de 1792 conta já “111 lojas de sapateiro, sem menção a outras lojas de ofícios que seriam anexos ao de sapateiro [...] Isto indica, mais uma vez, que os sapateiros, além de fabricarem calçados, imiscuam-se a outras atividades” (ibidem, p.29).

aprendizagem, seguido três anos de prática, em loja de terceiros, para que se realizasse um exame de proficiência avaliado pelo juiz de ofício. Estando aprovado, o sapateiro recebia uma carta de exame, documento que devia ser registrado no Senado da Câmara, e pagar uma quantia à irmandade, para que sua atividade fosse autorizada. A partir disso, o sapateiro era reconhecido como “mestre”, podendo abrir loja em seu nome e supervisionar oficiais e aprendizes²³. Siqueira acrescenta que:

Esses sapateiros ambulantes provavelmente ofereciam o serviço do remendão, o que consertava, mas também fabricava calçados grosseiros. Eram também os que se imiscuíam nos trabalhos dos ofícios anexos ao de sapateiro [...]. As pessoas de menor condição – uma massa de pessoas livres e libertas iam procurar-lhes os serviços. (idem, p.53)

O ofício de sapateiro demarca a existência de sua produção, de um mercado consumidor, e também de um arranjo profissional nos moldes do Antigo Regime, que, “baseados numa herança medieval, fizeram um novo sentido, multiplicando a hierarquia social, dando-lhe novas cores e novos matizes” (idem, p.27). Em meio a uma dinâmica comercial ambulante, típica da cidade, os sapateiros se destacavam pela predileção pelas lojas fixas, fato excepcional, e que gerou mais de 50 anos de conflito com órgãos públicos, procurando proibir a venda dinâmica de calçados (SIQUEIRA, 2011, 2013). Debret descreve essas lojas “mais pobres”, privadas de armários envidraçados²⁴, apresenta[ndo] um simples tabique no fundo, que serve também para esconder o leite e uma porta que comunica com um pequeno pátio onde se acham a cozinha e o local em que dorme o escravo do sapateiro” (ibidem, p.48).

Com o avanço do século, as oficinas artesanais foram dando lugar a manufaturas mais industrializadas, e os operários, muitos dos quais cativos, foram progressivamente substituídos por mão de obra livre (SOARES, 2003). A concorrência entre produção nacional e importação se acirra; apesar disso, observa-se uma grande absorção de modelos estrangeiros. O alvará de 27 de março de 1810 permitiu livremente a venda de calçados

²³ À época, avaliava-se a presença de escravos em um ofício como “marca de sangue”, metonímia da distinção entre brancos e negros, livres e escravos, e a própria atividade braçal, ou artesanal, era catalogada como “ofício mecânico”. Ambos os elementos eram lidos como rebaixadores na hierarquia vigente. Assim, os sapateiros padeceriam, na visão dos membros da irmandade, ao serem vistos como um ofício, e ainda mais uma atividade onde atuassem “pretos e pardos”. A irmandade procurava reverter esses marcadores de desprestígio típicos a seu favor, proibindo a inserção de “pretos e pardos”, como vimos, e também se apresentando como representante de uma elite da categoria. Dessa forma, “[...] do desprestígio institucional, não necessariamente segue depreciação social” (SIQUEIRA, 2013, p.52-54).

²⁴Para Cohen, “as mercadorias começaram a ser expostas em vistosas armações de jacarandá, chamadas vidraças, precursoras das atuais vitrines, alterando radicalmente a forma de comercialização até então em vigor, ao substituir o hábito que existia de exibir fazendas e demais mercadorias em cordéis estendidos nas fachadas e ombreiras das portas das casas comerciais” (2001, p.31).

estrangeiros pela cidade, desde que fossem despachados na alfândega (ibidem, p.38). O próprio Jean-Baptiste Debret observa que

A anglomania portuguesa de alguns cortesãos vindos com o séquito do Rei, e imitada a princípio pelos ricos negociantes do Rio de Janeiro, os levava a mandarem vir os seus calçados de Londres. Mas logo que o Rio se tornou a capital do Reino, aí se instalaram sapateiros e boteiros alemães e franceses, abastecidos com excelentes couros da Europa; como era de se esperar, os trabalhadores negros ou mulatos empregados nessas sapatarias logo se tornaram rivais de seus amos e hoje se encontra, nas lojas desses indivíduos de cor, toda espécie de calçados perfeitamente executados (1978, p. 282).

Na década de 1820, “casas comerciais inglesas – como as firmas Campbell & Greenwood e a de Samuel Southam & Cia – e francesas vendiam em leilões escravos, ouro, móveis, queijos holandeses, relógios ingleses, conservas e sapatos” (SOARES, 2003, p.38). Ademais, como vimos, o comércio carioca floresceu amplamente com personagens estrangeiros, estrategicamente situados em ruas “chave” na *flânerie* burguesa. Assim, parece haver uma segmentação em que os “[...] ingleses dedicavam-se em especial aos trajés masculinos e à importação de tecidos e [...] sapatos” (FREESZ, 2015, p.182). Há ainda registros de calçados específicos para dança vindos de Paris e de Londres (ZAMONER, 2015). Dessa forma,

[...] poderíamos falar, [...] ao lado de uma hierarquia dos sapateiros [...] em uma hierarquia dos calçados, que devia ser visível em meio ao ir e vir das pessoas pela cidade; algo que ia desde o mais nobre e bem acabado calçado, nos pés de gente da elite – mas também nos pés daqueles que buscavam se vestir como a elite –, até aqueles mais grosseiros, feitos para aguentar a lida diária, nos pés de livres e libertos pobres (SIQUEIRA, 2011, p.53).

Mas como esses itens eram trabalhados no dia a dia pelos diferentes perfis da população?

Jeha (2017) nos traz o exemplo do barbeiro Dutra, africano, escravo, e bem-sucedido em seu ofício. Entre outras atividades, Dutra participava da banda dos barbeiros: “todas as figuras eram negros escravos; o uniforme não primava pela elegância, nem pela qualidade. Trajavam jaqueta de brim branco, calça preta, chapéu branco alto e andavam descalços” (MORAIS FILHO, 2002 [1901], p.186 *apud* JEHA, 2017, p.21). Ao falecer, há registros do preparo de suas filhas para comparecer ao funeral:

Dutra [...] foi enterrado [...] depois de um grande funeral que custou ao seu inventário cerca de 400\$000 réis. Suas filhas menores despenderam quantias consideráveis em roupas e sapatos novos e muitas missas foram realizadas em pelo menos três igrejas. [...] Fora das expensas do inventário, sua filha mais velha ainda gastou com cera e música (JEHA, 2017, 17).

O trecho acima marca bem a as roupas e os sapatos como elementos tão constituintes do funeral-evento como a cera e a música. À guisa de comparação, estimava-se de 7\$000 a 9\$000 réis, por mês, para “comedorias, vestir e calçar” (ibidem, p.30-32), em se tratando de filhos de um forro (7 para filhos meninos e 9 para meninas) do Rio de Janeiro, o que nos permite estimar o custo imenso desse funeral. Assim,

É [...] exclusivamente nos dias de festa, que se vêem [...] mulheres de todas as classes vestidas de novo, pois chegando em casa os escravos guardam os sapatos e a criada de quarto conserva somente um par já velho que usa como chinelas. O mesmo acontece na intimidade da maioria das famílias, onde as mulheres quase sempre sem meias e sentadas em geral nas esteiras ou na sua marquesa, conservam habitualmente a seu lado um par de sapatos velhos, que servem de chinelas, para não andarem descalças dentro de casa. (DEBRET, s/d *apud* ANDRADE, 2001, p.xxxvi-xxxvii).



FIGURA 02 – Um jantar brasileiro, de Jean-Baptiste Debret, 1827.

Os sapatos também dialogavam diretamente com um conceito idealizado de pés femininos:

Pequenos, os pés tinham de ser finos, terminando em ponta; a ponta era a linha de mais alta tensão sensual. *Faire petit pied* era uma exigência nos salões franceses; as carnes e os ossos dobrados e amoldados às dimensões do sapato deviam revelar a pertença a um determinado grupo social, [...] no interior do qual as mulheres pouco saíam, pouco caminhavam e, portanto, pouco tinham em comum com escravas ou trabalhadoras do campo ou da cidade, donas de pés grandes e largos. Os pés pequenos, finos e de boa curvatura, modelados pela vida de ócio, eram emblema de “uma raça”, expressão anatômica do sangue puro, sem mancha de raça infecta, como se dizia (PRIORE, 2006, p.154, grifo da autora).²⁵

Como vimos, escravos e figuras marginais deixam de ser os únicos a circularem a pé, e vê-se uma vivacidade crescente de figuras perambulando, incluindo as mulheres - e a exposição pública, para ambos os sexos, culmina com um registro e crítica da indumentária nos periódicos em circulação. No entanto, isso não diz respeito apenas a um debate sobre

²⁵ Em termos mortuários, Freyress, descrevendo corpos do Cemitério dos Pretos Novos, narra que “nus, estavam apenas envoltos numa esteira, amarrados por cima da cabeça e por baixo dos pés”. Seria interessante explorar por que amarrar as extremidades dos corpos (FREYRESS, 1982, p. 134 *apud* TAVARES, 2012, p.149).

gosto, e sim a uma concepção direta de quem tem direito ao espaço público e se apresenta de forma *digna e homogênea*, mostrando que, em discurso, *todos são iguais perante a lei* – e essa concepção ultrapassa a capital fluminense e encontra ecos em outras cidades, como Salvador. Percebe-se, porém, um grande hiato entre o intuito do discurso e a exposição concreta, onde uns eram mais iguais que outros.

A sociedade carioca da época se revelava ambivalente quanto à exposição explícita de uma sensualidade. O jogo do esconde-e-mostra perpassava diversos âmbitos, e a demarcação entre público e privado apresentava áreas de especial fluidez. No espaço urbano, as gelosias, treliças vazadas sobre as janelas, assumiam uma transição tênue entre a casa e a rua (MARINS, 2001), mas não eram a única fronteira: para Vitor Andrade, “as mulheres faziam questão de exhibir seus [...] ‘pés pequenos e delicados, calçados com sapatos brancos de seda, os quais sabem mostrar, especialmente de palanquim através da cortina’” (2001, p.xxvii).

Assim, se o europeu era, primeiramente, surpreendido pelo número de sapatarias,

[...] compreendia-o entretanto logo, quando lhe observavam que as senhoras brasileiras, usando exclusivamente sapatos de seda para andar com qualquer tempo em cima de calçadas de pedras, que esgarçam em poucos instantes o tecido delicado do calçado, não podiam sair mais de dois dias seguidos sem renová-los, principalmente para fazer visita. (DEBRET, s/d, p.249)

E “[...] as únicas cores usadas eram então o branco, o rosa e o azul-céu” (idem, *ibidem*).



FIGURA 03 – Bota de cetim, séc. XIX. Acervo Museu do Traje e do Têxtil. Fonte: SILVA, 2009, p.45-46.



FIGURA 04 – Sapato de cetim de procedência portuguesa, séc. XIX. Pertenceu a Sr. Dinária Bandeira Viana. Acervo Museu do Traje e do Têxtil. Fonte: SILVA, 2009, p.45-46.

Há muitos relatos próximos sobre a alternância de sapatos entre a casa e a rua. O também francês Charles Expilly observou que “os escravos só usavam sapatos de seda quando acompanhavam seus senhores. No resto do tempo, andavam descalços ou de sandálias” (MONÉNEMBO, 2001, p.120). Para Riquelme, “as mulheres da aristocracia [...] usavam chinelos de brocado finos como papel e com as solas frágeis que não conseguiam resistir a dois ou três passos fora de casa, enquanto as suas criadas trabalhavam com robustas botas de cabedal negro” (2008, p. 02). Em 1817, Johann Emanuel Pohl observava também, que “em suas residências vivem os amos muito comodamente: aparecem de chinelas, calças leves e jaqueta de chita” (ANDRADE, 2001, p.xxxvii).

Debret avalia ainda que um “desperdício de calçados, feito por mulheres que não os usavam em casa, basta para sustentar os sapateiros, os quais, ademais, fabricam sapatos de seda muito finos e de cores extremamente sensíveis” (*apud* ANDRADE, 2001, p.xxviii). Se as senhoras, em casa, andavam de chinelos, por outro lado, “as famílias abastadas impunham o uso de sapatos de seda às escravas ao saírem de casa acompanhando suas senhoras” (ANDRADE, 2001, p.xxxv-xxxvi). Para Debret,

Esse luxo, aliás, não é exclusivo aos senhores; ele obriga a brasileira rica a fazer calçarem-se como ela própria, com sapatos de seda, as seis ou sete negras que a acompanham na igreja ou no passeio. A mesma despesa tem a dona de casa menos abastada, com suas três ou quatro filhas e suas duas negras. A mulata sustentada por um branco faz questão também de se calçar com sapatos novos, cada vez que sai e o mesmo ocorre com sua negra e seus filhos. A mulher do pequeno comerciante priva-se de quase todo o necessário para sair com sapato novo e a jovem negra livre arruína seu amante para satisfazer essa despesa por demais renovada. (DEBRET, s/d *apud* ANDRADE, 2001, p.xxxvi)

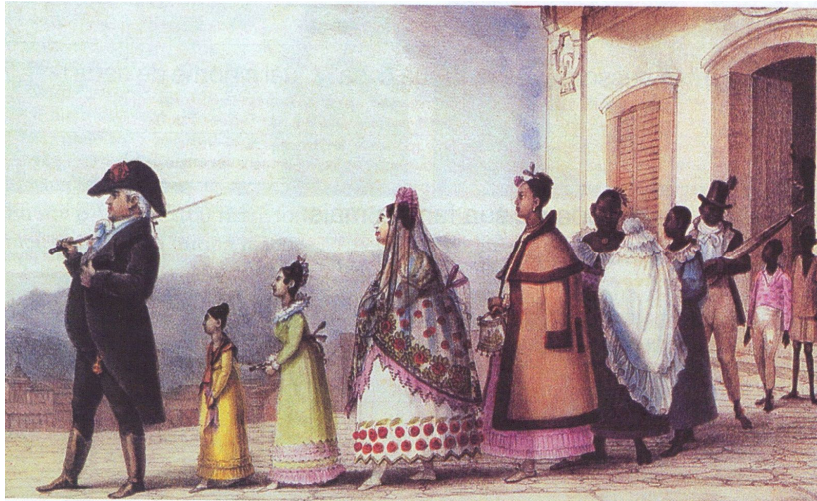


FIGURA 05 – Um funcionário a passeio, de Jean-Baptiste Debret, 1839.

Dessa forma, lê-se, nos sapatos, um compartilhamento de hábitos e classificações entre senhores e escravos, em que a noção de “casa” e “rua” (DA MATTA, 1991) pauta fortemente a escolha de acessórios. Mais do que apenas símbolos literais de liberdade e cativeiro, os sapatos também comunicavam pertencimentos, leituras de ocasiões, e podiam ser manipulados de formas distintas dependendo do contexto (por exemplo, aproveitando uma fluidez ao atravessar as ruas no palanquim, sem comprometer sua privacidade, nem o estado da própria peça).



FIGURA 06 – Transporte de criança branca para ser batizada, de Jean-Baptiste Debret, 1839.

A escolha pela seda contrasta com as técnicas dos oficiais de sapateiro, baseadas no couro; e as cores claras merecem maiores pesquisas para serem bem compreendidas. Podemos interpretar a preferência pela seda, material largamente utilizado pela aristocracia da época (SOARES, 2017), e pouco resistente ao atrito, como elemento particularmente adaptado a uma lógica da opulência e do desperdício como indicadores públicos de superioridade social:

O brasileiro, acometido do pecado da vaidade, felicita-se e ensoberbe-se; qualquer que seja a causa da sua fortuna, nunca é um escândalo; não procura ele disfarçá-lo, não há ignominia quando se é rico; só ineptidão quando se é pobre. O luxo é sólido e grosseiro. Homens e mulheres são afetados em seu atavio, quando em público se deixam ver; uma senhora vai à missa acompanhada por numerosos escravos adornados com riqueza, e muitas vezes em voltando para casa assenta-se numa esteira, onde come a mão, peixe salgado e mandioca. (DENIS, s/d apud ANDRADE, 2001, p.xxxviii-xxxix)²⁶

Conclusão

Os sapatos foram elemento central das reorganizações sociais ocorridas no século XIX, constituindo-se, ao mesmo tempo, como testemunhas e agentes das modificações. Suas descrições, seleções, e usos, além das organizações dos sapateiros, apontam diversos espaços de disputa, negociação, e reconciliação de grupos sociais que sofreram alterações profundas em um período relativamente curto. A estadia da família Real, ainda que breve, impactou radicalmente a primeira metade do século, enquanto a segunda acompanhou modificações de teor global, recebendo uma grande massa de trabalhadores livres, uma intensificação de maquinário e ideias liberais.

Enquanto, na modernidade, as pontes e cercas estabelecidas pelos indivíduos podem demarcar debates de *gosto*, para uma sociedade estamental como a do Antigo Regime as peças utilizadas procuram demarcar o pertencimento a classes organizadas de forma rígida; assim, enquanto a posse aponta para uma categoria, as camadas inferiores literalmente são desprovidas daqueles itens. Os sapatos participavam de maneira particularmente incisiva dessa lógica, na medida em que vetava-se seu uso aos escravos, delimitando as categorias “livre” e “cativo”. Essas não eram as únicas em jogo: sapatos também discriminavam o “público” do “privado”, tanto em termos de espaço, como de apresentação de si; indicavam outras categorias, como a dos “galegos”, demarcados pelos tamancos (SOARES, 1997, p. 694), ou dos “capoeiras”. Sua comercialização e a estruturação da ordem dos sapateiros apontam o abandono de estruturas antigas em prol de novos modelos, mais liberais, com nova participação dos trabalhadores livres. Ademais, percebe-se uma uniformidade do “reluzir” carioca, cujas ideias ressonavam em outros centros, como a Bahia, contribuindo para uma difusão bastante célere não só dos modelos de sapato, mas também das idéias que continham.

Assim como para os tecidos, Inglaterra e França se destacam na formação dos novos gostos locais. Muitos dos sapatos importados provêm desses dois países e demais

²⁶ O gosto local pelo excesso não passou despercebido pelos viajantes. De maneira análoga, Luccock observa as “fivelas dos sapatos, imensas” dos comerciantes (ANDRADE, 2001, p. xxxix), e Leithold testemunha que “as lavadeiras, na maioria mulatas, usam longas correntes de ouro ao pescoço e ganham nessa profissão tanto dinheiro que até se permitem ter escravas. As portuguesas de distinção também trazem tais correntes. Quanto mais pesado o ouro e longa a corrente, tanto mais prestígio ganham as classes inferiores” (ibidem, p.xlviii).

comerciantes estrangeiros, especificamente oriundos dessas nações, sendo taxados como “especialistas” em alguns bens, dentre os quais os sapatos.

Por outro lado, a matéria-prima dos calçados é descrita como muito trabalhada, e não bruta, e a seda aparece como o tecido preferido de muitos pares, o que resulta numa relação dispendiosa, sublinhando uma cultura lida por estrangeiros como de desperdício.

Sapatos eram caros. Ao longo do século, “os pobres estão [...] quase sempre descalços. E quando usam sapatos, muitas vezes, [...] eram emprestados somente para que o sujeito posasse para o retrato” (FIORATTI, 2012, s/p). Tais considerações indicariam uma escassez das peças no século XIX, o que não se comprova pelos relatos, por mais que poucos registros físicos tenham resistido até os dias de hoje. As fontes apontam a existência de uma variedade de tipos de calçados e de um comércio/ofício especializado em sua produção. Uma “aristocracia do ofício”, representada pelos sapateiros oficiais e lojistas, teve parte de sua biografia registrada através dos documentos, e pode ter sua trajetória reconstituída. Ela diz respeito a uma “exaltação do design e da elegância” (VALIM, 2006, p.57). Outros casos, como os sapateiros ambulantes, os tamancos e os chinelos simples ainda esperam pela sua narrativa.

Bibliografia

Alvarado, T.H. *Vestidas e afeitas para serem virtuosas. As mulheres na Castela dos séculos XIV e XV*. São Carlos: EdUFSCar, 2017.

Andrade, V. P. de. *Aspectos históricos da moda na sociedade brasileira do pré-império*. Trabalho de conclusão de curso (especialização). Instituto de pesquisas sócio-pedagógicas. Universidade Cândido Mendes., 2001.

Baldini, M. *A invenção da moda. As teorias, os estilistas, a história*. Lisboa: Edições 70, 2006.

Barthes, R. *O sistema da moda*. São Paulo: Editora Nacional / EdUSP, 1979.

Campbell, C. *A ética romântica e o espírito do consumismo moderno*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

Carlyle, T. *Sartor Resartus*. E-book. Publicado por Digireads.com, 2014.

Chartier, R. *História da vida privada 3 - da Renascença ao século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Costa, A. L. J. da. *O educar-se das classes populares oitocentistas no Rio de Janeiro entre a escolarização e a experiência*. São Paulo: Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade de São Paulo, 2012.

Da Matta, R. *A Casa e a Rua*. Guanabara Koogan: Rio de Janeiro, 1991.

- Debret, J. B. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasi*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.
- Dias, A. A. *A malandragem da mandinga: o cotidiano dos capoeiras em Salvador na República Velha (1910-1925)*. Salvador: Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em História Social. UFBA., 2004.
- Douglas, M.; Isherwood B. *The world of goods. Toward an anthropology of consumption*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1996 [1979].
- Duarte, C. R.; Segabinazi D. M. “Figueiredo Pimentel: Contos da carochinha e o nascimento da literatura infantil brasileira no final do século XIX.” *Soletras Dossiê* 34 (2017): 312-328.
- Dumont, L. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- Falconi, I. M.; Farago A. C. “Contos de fada: origens e contribuições para o desenvolvimento da criança.” *Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade* 02 (2015): 85-111.
- Farias, A. S. de, Moreira R. S.; Pereira M. . “Duas faces do conto de fadas: (re)pensando a Cinderela.” *VI ENLIJE*. Campina Grande, 2016.
- Feijão, R. *Moda e modernidade na Belle Époque carioca*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2011.
- Fioratti, G. “O figurino que vestia o Brasil do café com leite.” *Pesquisa FAPESP*, 03 de 2012.
- Fragoso, J. “A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII).” In: *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. João Fragoso, Maria de Fátima Silva Gouvêa e Maria Fernanda Baptista Bicalho (orgs.), 29-71. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a.
- _____. “A noção de economia colonial tardia no Rio de Janeiro e as conexões econômicas do Império português: 1790-1820.” In: *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, por João Fragoso, Maria de Fátima Gouvêa e Maria Fernanda Baptista Bicalho, 319-338. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001b.
- _____. “Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro (1600-1750).” In: *Conquistadores & Negociantes. Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*, por João Luís Ribeiro Fragoso, Carla Maria Carvalho de Almeida e Antonio Carlos Jucá de Sampaio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- _____. Gouvêa M. de F.; Bicalho M. F. B. . “Introdução.” In: *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, por João Fragoso, Maria de Fátima Silva Gouvêa e Maria Fernanda Baptista Bicalho, 21-25. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- Freesz, C. R. *A Odisséia das Roupas de D. Pedro II: dos guarda-roupas imperiais às arcas do Museu Mariano Procópio*. Juiz de Fora: Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. UFJF., 2015.
- Freyress, G.W. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte / São Paulo: Itatiaia / Edusp, 1982.
- Fridman, F. “Breve história do debate sobre a cidade colonial brasileira.” In: *Cidades latino-americanas: um debate sobre a formação de núcleos urbanos*, por Fania Fridman e Mauricio Abreu, 11-36. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

- Giddens, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- Gorberg, M. *Parc Royal: um magazine na Belle Époque Carioca*. Rio de Janeiro: G. Ermakoff, 2013.
- Graham, S. L. “Ser mina no Rio de Janeiro do século XIX.” *Afro-Ásia*, n. 45 (2012): 25-65.
- Hespanha, A. M. “A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes.” In: *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, por João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa, 163-188. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- Jeha, S. “Ganhar a vida. Uma história do barbeiro africano Antônio José Dutra e sua família. Rio de Janeiro, século XIX.” *Revista de História*, n. 176 (2017): 01-35.
- Lara, S. H. “Sedas, panos e balangandãs: o traje de senhoras e escravas nas cidades do Rio de Janeiro e de Salvador (século XVIII).” In: *Brasil: Colonização e Escravidão*, por Maria Beatriz Nizza da Silva, 177-191. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- Lemercier, C. ““Articles de Paris”: fabrique et institutions économiques à Paris au XIXe siècle.” *Les territoires de l'industrie en Europe*. 2006.
- Marins, P. C. G. *Através da rótula: sociedade e arquitetura no Brasil, séculos XVII a XX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.
- Mathias, C.L.K. “O sistema de concessão de mercê como prática governativa no alvorecer da sociedade mineira setentista: o caso da (re)conquista da praça fluminense em 1711.” *Saeculum - Revista de história*, 2006.
- McCracken, G. *Cultura e consumo: novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2003.
- McKendrick, N., J. Brewer, e J.H. Plumb. *The birth of a consumer society: the commercialization of eighteenth-century England*. Londres: Europa Publications, 1982.
- _____. “The Consumer Revolution of Eighteenth-Century England.” In: *The Birth of a Consumer Society: The Commercialization of Eighteenth Century England*. Bloomington: Indiana University Press, 1982.
- Menezes, L. “(Re)inventando a noite: o Alcazar Lyrique e a cocotte comédienne no Rio de Janeiro oitocentista.” *Revista Rio de Janeiro*, n. 20-21 (jan-dez 2007): 73-92.
- Miller, D. “Coca-cola: a black sweet drink from Trinidad.” In: *Material Cultures*, por Daniel Miller, 169-187. Londres: University College London Press / University of Chicago Press, 1997.
- _____. *Material culture and Mass Consumption*. Nova Iorque: Basil Blackwell, 1987.
- _____. *Stuff*. Cambridge: Polity, 2009.
- Monénembo, T. “O Festim Brasileiro.” In: *Rio de Janeiro, cidade mestiça. Nascimento da imagem de uma nação.*, por Patrick Straumann, 105-130. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- Morais Filho, M. *Festas e tradições populares do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2002 [1901].
- Priore, M. del. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.

- Rainho, M.C.T. *A cidade e a moda: novas pretensões, novas distinções - Rio de Janeiro, século XIX*. Brasília: Editora UnB, 2002.
- Riquelme, A. “Havaianas: representação da cultura e da moda brasileira.” *Colóquio de Moda*. 2008.
- Rocha, E., M. Frid, e W. Corbo. *O paraíso do consumo: Émile Zola, a magia e os grandes magazines*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.
- Roche, D. A cultura das aparências. Uma história da indumentária (séculos XVII-XVIII). São Paulo: Editora SENAC, 2007.
- Schemes, C.; Prodanov C. C.; Martins R. P.; Maroneze L. A. G.. “Entre o local e o nacional: história e memória dos pioneiros da exportação calçadista do Vale dos Sinos (RS).” *História Oral* 16, n. 02 (jul/dez 2013): 149-174.
- Silva, A. C. da. *O Vestuário como elemento constituinte da identidade das mulheres de elite na Bahia (1890-1920) – A partir da análise da Coleção do Museu Henriqueta Catharino em Salvador-BA*. Salvador: Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Feira de Santana., 2009.
- Silva, C.B. da. *O símbolo indumentário: distinção e prestígio no Rio de Janeiro (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2010.
- Siqueira, M. N. “Aqueles que querem viver segundo o seu compromisso: permanência e transformação em meio ao conflito entre os sapateiros e a Câmara, Rio de Janeiro, c. 1764-c. 1821.” *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, n. 07 (2013): 45-61.
- _____. *Entre o signo da mudança e a força da tradição: o conflito entre a irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano dos sapateiros e a Câmara, Rio de Janeiro, c. 1764-c. 1821*. Rio de Janeiro: Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. UFRRJ., 2011.
- Soares, C. E. L. “Dos fadistas e galegos: os portugueses na capoeira.” *Análise Social* XXXII, n. 142 (1997): 685-713.
- Soares, C. E. B. *Sedas tropicais: comércio de luxo e desenvolvimento urbano no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tese (doutorado). Instituto de Estudos Sociais e Políticos. Uerj., 2017.
- Soares, L. C. “A escravidão industrial no Rio de Janeiro do século XIX.” *V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência internacional de História de Empresas*. Caxambu, 2003.
- Souza, G. de M. e. *O espírito das roupas: a moda no século dezanove*. São Paulo: Companhia das Letras, 1887
- Svendsen, L. *Moda: uma filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- Tavares, R. B. *Cemitério dos Pretos Novos, Rio de Janeiro, século XIX: uma tentativa de delimitação espacial*. Rio de Janeiro: Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. Museu Nacional/UFRJ., 2012.
- Valim, R. *A incorporação de requisitos ergonômicos na indústria calçadista: um modelo em prol da saúde dos diabéticos*. Rio de Janeiro: Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ergonomia e Usabilidade. PUC-Rio, 2006.
- Vários. *História da Indumentária*. Araranguá: Instituto Federal de Santa Catarina, 2009.

Veblen, T. *The Theory of the Leisure Class*, Amherst, NY, 1998.

Vital, S. *Sobre sapatos, identidade e símbolos de liberdade*. 12 de 07 de 2017. <http://www.ct-escoladacidade.org/contraconduas/editorias/escravismo-imagem-e-letra/sobre-sapatos-identidade-e-simbolos-de-liberdade/> (acesso em 13 de 10 de 2018).

Viveiros, L., e R.A.B. Araújo. “Romeu e Julieta e a origem do Estado.” In: *Arte e Sociedade: ensaios de sociologia da arte*, por G. Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

Zamoner, Maristela. “História da Dança de Salão no Brasil, recortes do Rio de Janeiro do século XIX.” *EFDeportes.com* 20, n. 207 (Agosto 2015).